



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1631984 - SC (2019/0360775-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : CRISTINA FONTOURA VERRI - RS030579
ADRIANA VIEGAS BUCHWEITZ - RS072720
DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA - SC027808
GUSTAVO HENRIQUE PIETROSKI DUARTE - SC049211
AGRAVADO : LUCAS DE SOUZA BARBOSA
AGRAVADO : ADOLFO MIGUEL DE SOUZA
AGRAVADO : JENNY TAVARES DE SOUZA
AGRAVADO : HELDER JORGE BARBOSA
AGRAVADO : BRUNA DE SOUZA BARBOSA
ADVOGADO : MARCELO BATTIROLA - SC013319
INTERES. : LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
ADVOGADO : IGNIS CARDOSO DOS SANTOS - PR012415

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"DIREITO CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE CARGAS COM AUTOMÓVEL DE PASSEIO EM RODOVIA FEDERAL DO ESTADO DO PARANÁ. MORTE DA PASSAGEIRA ACOMODADA NO BANCO DA FRENTE DO VEÍCULO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E PENSIONAMENTO VITALÍCIO AJUIZADA PELOS PAIS, ESPOSO E FILHOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. CONDENAÇÃO DOS DEMANDADOS A REPARAÇÃO PELOS DANOS MATERIAIS/EMERGENTES, PELO ABALO MORAL EM FAVOR DO COMPANHEIRO, FILHOS E GENITORES DA FALECIDA E PENSIONAMENTO SOMENTE EM BENEFÍCIO DA PROLE E DO VIÚVO. APELAÇÕES. IRRESIGNAÇÕES DA DEMANDADA DA SEGURADORA LITISDENUNCIADA VISANDO A REVERSÃO DA IMPOSIÇÃO DO DEVER DE REPARAR OS DANOS E PENSIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR DO AUTOMÓVEL EM QUE SE ENCONTRAVA A VÍTIMA FATAL. ALEGADO EXCESSO DE VELOCIDADE. SUCESSIVAMENTE, DEDUÇÃO DE PLEITO DE RECONHECIMENTO DA CULPA CONCORRENTE (CC, ART. 945). INVIABILIDADE. MATERIAL PROBATÓRIO ROBUSTO QUE INDICA TER O MOTORISTA DA DEMANDADA, PRETENDENDO TRANSPORTE COM O CAMINHÃO A RODOVIA COM INTENSO TRÁFEGO DE AUTOMÓVEIS, OBSTRUÍDO A PASSAGEM DO VEÍCULO ONDE SE ENCONTRAVA A VÍTIMA. INGRESSO EM RODOVIA PREFERENCIAL E DE TRÂNSITO

RÁPIDO VINDO DE VIA SECUNDÁRIA. CIRCUNSTÂNCIA PREPONDERANTE SE COTEJADA COM EVENTUAL DEMONSTRAÇÃO DA VELOCIDADE INCOMPATÍVEL DO AUTOMOTOR QUE TEVE A PASSAGEM BLOQUEADA EM SUA FAIXA E MÃO DE DIREÇÃO. DESCRIÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO QUE ATENDERAM A OCORRÊNCIA. PROVA PRODUZIDA PELA DEMANDADA E PELA SEGURADORA LITISDENUNCIADA INSUFICIENTES PARA ILIDIR A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. CULPA DO MOTORISTA DA DEMANDADA IRRREFUTÁVEL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 28 E 34, AMBOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. RESPONSABILIDADE CIVIL DELINEADA (CC, ARTS. 186 E 927). PENSIONAMENTO MENSAL EM FAVOR DOS FAMILIARES. ALEGAÇÃO DE QUE A CONDENAÇÃO PRONUNCIADA EXCEDE AO PEDIDO NO TOCANTE A IDADE LIMITE. EXPECTATIVA DE VIDA ATUAL PARA A REGIÃO SUL DO PAIS DIVULGADA PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (78,6 ANOS). CRITÉRIO QUE NÃO PODE ORIENTAR A SOLUÇÃO NO CASO CONCRETO. EXORDIAL EXPRESSA AO REQUERER PENSÃO ATÉ A DATA EM QUE A VITIMA COMPLETARIA SETENTA E CINCO ANOS. DECISÃO ULTRA PETITA NO PONTO. PRETENSÃO RECURSAL DE DECOTE ACOLHIDA. DIREITO DE ACRESCER. PRESUNÇÃO DE DESNECESSIDADE DOS ALIMENTOS AOS FILHOS MENORES A PARTIR DOS VINTE E CINCO ANOS. CORREÇÃO DO REDIRECIONAMENTO DE SUAS COTAS AO VIÚVO. CRITÉRIOS EMPREGADOS PELA JULGADORA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ESCORREITOS. PENSÕES MANTIDAS. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. INSATISFAÇÃO DA LITISDENUNCIADA. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. CONDIÇÃO PRIVILEGIADA E SOLVABILIDADE QUE INDICARIAM A DESNECESSIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 313 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO NO PONTO. JUROS SOBRE A APÓLICE. SENTENÇA QUE DETERMINA A INCIDÊNCIA TÃO SOMENTE A PARTIR DA CITAÇÃO DA COMPANHIA SEGURADORA. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PARTICULAR. RECURSOS DE TODAS AS PARTES. DANOS MORAIS. REPARAÇÃO DEVIDA COM FUNDAMENTO NO ART. 5º, V E X, DA CARTA DA REPÚBLICA, E NOS ARTS. 186, 953 E 954, TODOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ESTABELECIDO NA ORIGEM EM ATENÇÃO ÀS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO, À LUZ DOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ESTIPULAÇÃO MANTIDA. VALORES DAS INDENIZAÇÕES QUE NÃO SE REVELAM EXORBITANTES OU INSIGNIFICANTES EM RELAÇÃO A PERDA DE VIDA DA ENTE QUERIDA. DOR INCOMENSURÁVEL PELO DESAPARECIMENTO DA ESPOSA, FILHA E MÃE EM RELAÇÃO AOS AUTORES. ABALO ANÍMICO INAFASTÁVEL. INDENIZAÇÃO MANTIDA NO PATAMAR FIXADO NA ORIGEM. ARBITRAMENTO CORRETO PORQUE NÃO EXORBITANTE OU ÍNFIMO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA. INSURGÊNCIA DOS DEMANDANTES. JUROS MORATÓRIOS. IMPOSIÇÃO NA ORIGEM TENDO COMO DIES A QUO A DATA DA CONDENAÇÃO. CRITÉRIO ADOTADO NO PRIMEIRO GRAU QUE MERECE SER CORRIGIDO (SÚMULA 54 DO STJ). PROVIMENTO DO RECLAMO NO PONTO. CONTAGEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CRITÉRIOS ESTAMPADOS NO ART. 20, § 3º, DO REVOGADO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE NÃO FORAM

IGNORADOS. REMUNERAÇÃO DOS PATRONOS DOS AUTORES MANTIDAS NO PATAMAR FIXADO NA ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ, fls. 731/733)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls.775/789).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 373, I, do Código de Processo Civil de 2015, 186, 757, 760, 781, 927, 944 e 945 do Código Civil de 2002 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) que o agravado não comprovou a assertiva de que havia dependência econômica com relação à vítima e necessidade de pensionamento, (b) que não constou no julgado que o pensionamento fosse alocado na cobertura de dano corporal, sendo a obrigação da seguradora adstrita aos limites das coberturas contratadas na apólice pelos danos morais e materiais e (c) que não há obrigação de depósito da integralidade do pensionamento e constituição de capital, pois o caso não é de redução laboral, devendo o mesmo ser depositado mensalmente.

É o relatório. Passo a decidir.

Com relação à suposta violação ao art. 373, I do CPC/15 em decorrência da ausência de prova de dependência econômica, tem-se que esta tese não se encontra contemplada no objeto da controvérsia resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto de embargos de declaração opostos às fls. 769/771, não se vislumbrando o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial. Ressalte-se ser insuficiente a menção, nos embargos, ao referido dispositivo sem a arguição da tese supostamente omissa.

Daí a inteligência do enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, a qual orienta que "*o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*".

Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)

No tocante a limitação da responsabilidade aos limites contratuais, (arts. 186, 757, 760, 781, 927, 944 e 945 do CC/02), tem-se que a Corte de origem afirmou que a responsabilidade da agravante permanecia limitada às coberturas contratuais, bem como que o pensionamento mensal está abarcado pela cobertura de danos materiais, *in verbis*:

"Com efeito, o acórdão recorrido delineou as razões pelas quais mantinha a

sentença de procedência parcial dos pedidos prolatada no Primeiro Grau, reafirmando a condenação da cooperativa-demandada ao pagamento de indenização por danos morais, materiais, especialmente relativos aos desembolsos com o traslado e sepultamento da vítima fatal, além do pagamento de pensão mensal em favor dos demandantes, com os ajustes delineados no corpo daquele decisum, sem deixar de reafirmar que a responsabilidade da litisdenunciada permanecia limitada às coberturas preconizadas no contrato de seguro mantido com a embargada.

(....)

A par disso, ainda que se admitisse hipoteticamente a omissão, não seria possível conferir aos embargos de declaração em julgamento o pretendido efeito modificativo ou infringente, porquanto claramente previstas as coberturas securitárias destinadas ao reembolso dos danos materiais [R\$ 500.000,00], corporais [R\$ 500.000,00] e morais [R\$ 100.000,00] (fl. 112)- daí porque tanto a sentença prolatada na Primeira Instância quanto o acórdão embargado fizeram referências aos "limites da apólice"-, de sorte que a toda evidência a condenação da cooperativa segurada à indenização por "danos morais" possuía reembolso garantido pela rubrica de mesma designação e, havendo necessidade de complementação, sabidamente também se prestaria a tal reparação a previsão de cobertura para danos corporais, enquanto que as despesas com o funeral e o pensionamento mensal referidos nas razões recursais estão abarcados na cobertura para os danos materiais." (e-STJ, fls. 782/783)

Desta forma, tendo decidido o acórdão de origem no mesmo sentido das razões recursais, não há interesse recursal por parte da agravante neste tocante.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO. VANTAGEM QUE PODE SER OBTIDA SEM A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. FALTA DE INTERESSE EM RECORRER.

1. Dada a ausência de utilidade do provimento pretendido no recurso especial, é o caso de se reconhecer a falta de interesse em recorrer. No caso, o agravante não busca a reforma da decisão, mas apenas a declaração de perda de objeto do recurso especial por ele mesmo interposto. A manutenção da decisão agravada, a qual apenas reconheceu a inexistência da violação aos arts. 458 e 535 do Código de Processo Civil, em nada afeta a esfera jurídica do agravante, que, satisfeito com sua situação processual, poderia apenas ter deixado de interpor o agravo interno.

2. O interesse em recorrer pode ser caracterizado pelo binômio interesse-utilidade. Se a parte pode obter a vantagem pretendida sem interposição do recurso, falta-lhe interesse.

3. Agravo interno não conhecido."

(AgRg no REsp 1136424/AM, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017)

Com relação à constituição de capital, entendeu a Corte de origem que a mesma é medida necessária, *in verbis*:

"Reclama, ainda, a seguradora litisdenunciada, acerca da determinação da constituição de capital que a ela não se aplicaria em razão de :ri co sua condição privilegiada e solvabilidade. Sem razão, contudo, no ponto, tendo-se em vista que, respeitadas as posições em sentido contrário (TJSC, Apelação Cível n. 2014.072008-8, de Joinville, rel. Des. Henry Petry Junior, da Quinta

Câmara de Direito Civil, j. c.) 15.2.2016), "a constituição de capital é medida assecuratória do pensionamento, independente da avaliação das condições financeiras dos demandados, tomando isso se imperiosa sua aplicação para garantir a ordem que se projeta para o futuro" (TJSC, Apelação n. 0001451-89.2009.8.24.0070, de Taió, rel. Des. João Batista 4 :j lál 14 Góes Ulysséa, da Segunda Câmara de Direito Civil, j. 2.6.2016). De fato, transparece ser esta a inteligência da Súmula 313 do Superior Tribunal de Justiça ao expressar que "em ação de indenização, procedente o pedido, é necessária a constituição de capital ou caução e, fidejussória para a garantia de pagamento da pensão, independentemente, da situação financeira do demandado". (e-STJ, fl. 764)

Nesse ponto, a decisão de origem está em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, fazendo incidir a Súmula 83/STJ com relação às alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Nesse mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DEMORA NO ENFRENTAMENTO DE INFECÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL. OBRIGATORIEDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte de Justiça, a responsabilidade dos hospitais e clínicas (fornecedores de serviços) é objetiva, dispensando a comprovação de culpa, notadamente nos casos em que os danos sofridos resultam de infecção hospitalar.

2. No que se refere ao argumento sobre a necessidade de redução proporcional do valor da indenização, pela aplicação da teoria da perda de uma chance, tem-se que tal questão não foi objeto de prequestionamento nas instâncias ordinárias, recaiando nos óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido da obrigatoriedade de constituição de capital para garantir o pagamento da pensão (art. 475-Q do CPC). Súmula 313/STJ.

4. Possibilidade de substituição da constituição de capital pela inclusão dos pensionistas na folha de pagamento da empresa, na hipótese do § 2º do art. 475-Q, do CPC, a ser avaliada pelo juízo da execução no momento do cumprimento de sentença.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1377652/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS.

1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, devendo ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. Havendo em regra completa independência entre os juízos criminal e cível, uma mesma prova pode ser suficiente para condenar à reparação civil dos danos causados, em que pese não seja o bastante para uma condenação criminal. Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Rever o entendimento da Corte a quo, a qual consignou que, diante da realidade fática apresentada nos autos, evidenciou-se a existência de culpa concorrente pelo acidente de trânsito em questão, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

4. O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais somente pode ser revisto nas hipóteses em que o valor se revelar irrisório ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela.

5. Quanto ao pensionamento, cabe ressaltar que a jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de ser esse devido, mesmo no caso de morte de filho(a) menor. E, ainda, de que a pensão a que tem direito os pais deve ser fixada em 2/3 do salário percebido pela vítima (ou o salário mínimo caso não exerça trabalho remunerado) até 25 (vinte e cinco) anos e, a partir daí, reduzida para 1/3 do salário até a idade em que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos.

Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ.

6. No tocante ao termo inicial dos juros moratórios em relação aos danos morais fixados, a jurisprudência deste Tribunal consolidou-se no sentido de que, como se trata de responsabilidade extracontratual, a sua incidência ocorre a partir da data do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ. Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ.

7. Já no que diz respeito à tese de inexistência de erro material no acórdão apto a justificar o acolhimento dos embargos de declaração, constata-se que o Tribunal de origem não fez qualquer análise sobre essa matéria, não tendo o conteúdo dos dispositivos legais tidos por violados sido apreciados pelas instâncias de piso. Com efeito, ainda que a suposta violação somente tenha surgido quando do julgamento dos embargos de declaração, devem ser opostos novos aclaratórios a fim de suscitar o pronunciamento do Tribunal sobre a questão.

Precedentes. Incidência, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

8. No que tange à determinação pelo Tribunal origem de constituição de capital para assegurar o cumprimento da obrigação alimentar, esta está em perfeita conformidade com a jurisprudência desta Corte, nos termos da Súmula 313 do STJ, que dispõe: "Em ação de indenização, procedente o pedido, é necessária a constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento da pensão, independentemente da situação financeira do demandado".

9. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1287225/SC, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 22/03/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator